

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR / DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR “CEL MILTON FREIRE DE ANDRADE”
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – CAO/2013**

ANA PAULA DA SILVA DANTAS

**FORMAÇÃO DE OFICIAIS E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: UM
ESTUDO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR CEL. MILTON FREIRE DE
ANDRADE**

**NATAL
2013**

ANA PAULA DA SILVA DANTAS

**FORMAÇÃO DE OFICIAIS E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: UM
ESTUDO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR CEL. MILTON FREIRE DE
ANDRADE**

Artigo apresentado ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/2013 da Academia de Polícia Militar “Cel. Milton Freire de Andrade”, como requisito para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

**Orientadora: Prof.^a Christianne
Medeiros Cavalcante, Dra.**

**NATAL
2013**

ANA PAULA DA SILVA DANTAS

**FORMAÇÃO DE OFICIAIS E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: UM
ESTUDO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR CEL. MILTON FREIRE DE
ANDRADE**

Artigo apresentado ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/2013 da Academia de Polícia Militar “Cel. Milton Freire de Andrade”, como requisito para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Christianne Medeiros Cavalcante, Dra. – Orientadora
UFRN

Maj. PM Francisco Flávio Melo dos Santos – Especialista
Centro de Estudos Superiores - CES

TC. PM Sairo Rogério da Rocha e Silva – Dr.
Comandante do CFAPM

SUMÁRIO

1. INTRUDUÇÃO	05
2. A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	09
2.1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL À DISTÂNCIA.....	14
2.2 A LEGISLAÇÃO NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	16
3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM (AVAS).....	18
3.1. EDUCAÇÃO, AMBIENTES VIRTUAIS E INTERATIVIDADE	21
4. METODOLOGIA	24
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34

FORMAÇÃO DE OFICIAIS E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR CEL. MILTON FREIRE DE ANDRADE

Ana Paula da Silva Dantas

Resumo: Este estudo teve como objetivo demonstrar a importância da criação de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a formação dos alunos oficiais da Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade. Para tanto, buscou-se descrever a organização do currículo do Curso de Formação de Oficiais (CFO) e identificar possibilidades de uso do AVA em sua estrutura; verificar se a APM/RN comporta a implantação do AVA e expor as vantagens e desvantagens para a instituição. A metodologia utilizada contou com uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, fazendo-se uso, também, de uma pesquisa bibliográfica, análise documental, debruçando-se sobre textos científicos que pudessem desvendar a temática e como embasamento para os resultados fez-se uma análise de um estudo desenvolvido pela autora em 2011, em que a proposta central buscava apresentar a percepção dos alunos oficiais da academia sobre a importância de um ambiente virtual para a sua formação. Finalizando-se o estudo, pode-se constatar que através de um AVA, o acesso dos alunos à informação será facilitado, oferecendo mais agilidade na prestação de serviços, extinguindo-se a obrigatoriedade do material impresso, que equivale a maior parte dos custos, além de proporcionar aos alunos o acesso às novas tecnologias, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo.

Palavras-chave: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Aprendizagem. Rapidez na Comunicação.

THE VIRTUAL LEARNING ENVIRONMENT (VLE) AND ITS IMPORTANCE TO THE TRAINING OF OFFICERS OF THE STUDENTS ACADEMY OF MILITARY POLICE COLONEL. MILTON FREIRE DE ANDRADE

Abstract: this study aimed to show the importance of a Virtual learning environment (VLE) for the training of officers of the students Academy of military police Colonel. Milton Freire de Andrade. To this end, specifically, sought to describe the Organization of the curriculum of the CFO and identify possibilities for use of AVA in their structure; Verify that APM/RN structure involves the deployment of AVA; and expose the advantages and disadvantages for the institution. The methodology was a qualitative approach of case study type, making use also of a bibliographical research, document analysis, focusing on scientific texts that could unravel the theme and as basement to the results made an analysis of a study developed by the author in 2011, in which the central proposal sought to present the opinion of the officers of the Academy students about the importance of a virtual environment for your training. Finalizing the study, one can see that through an AVA, students ' access to information will be facilitated, providing more flexibility in providing services, extinguishing the obligation of handouts, which is equivalent to most of the costs, in addition to providing students with access to new technologies, contributing to the continuous improvement.

Keywords: Virtual Learning Environment (VLE). Learning. Speed in Communication.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Rio Grande do Norte possui entre seus órgãos, a Academia de Polícia Militar (APMRN), que foi criada pela Lei Estadual nº 6.721 de 07 dezembro de 1994 e regularizada através do Decreto nº 14.055 de 09 de julho de 1998, a qual, já no ano de 2003, obteve do Conselho Estadual de Educação o reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais como curso superior no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, formando e aperfeiçoando inúmeras turmas de oficiais policiais militares do Rio Grande do Norte e de outros Estados da Federação.

Na esteira de suas atribuições está a oferta do Curso de Formação de Oficiais (CFO), que possui a duração de três anos e destina-se a preparação de Oficiais Policiais Militares, do posto de 2º Tenente até o posto de Capitão que se preparam para as funções de comando tendo a incumbência de instruir suas tropas, transmitir ordens e controlar pessoal, além de habilitar para a tarefa de investigação e operações próprias da rotina policial militar.

Essa formação Policial Militar é dividida em seis semestres com aproximadamente 18 disciplinas cada e uma carga horária diária que se inicia das 07h05min até às 17h15min, em um regime de semi-internato, compreendendo um total de 3.778 horas de curso. Todavia, depois da formatura da turma de 2012, o Estado não promoveu concurso público, para preenchimento das vagas e formação de oficiais, deixando a Academia de Polícia sem a oferta do referido curso.

A APM/RN é comandada por um Tenente Coronel, com subdivisões administrativas como: Seção Administrativa, Corpo de Alunos e Divisão de Ensino e Pesquisa. Esta última com a função de administrar e assessorar a área de ensino daquela Unidade de Ensino Militar.

Na APM não há um quadro de Docentes permanentes, que acompanhassem a feitura dos planos de ensino e de aulas. Acrescentamos que as disciplinas previstas na estrutura curricular e divididas por semestre, não possuem programas estabelecidos, a APM teve uma atualização com a criação do Projeto Pedagógico, o qual foi previsto para o triênio de 2008 a 2012, porém mantendo a estrutura curricular do Plano de Curso 2003 a 2005, acrescentando em seu formato, a obrigatoriedade de apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso e a

regulamentação dos Estágios Supervisionados para o CFO, porém já encontra necessidade de atualização. O que existe apenas é o ementário, o que cria uma heterogeneidade dos métodos e conteúdos de ensino para o fim em que nos propomos que é o de Formação de Gestores para Segurança Pública.

Sendo uma instituição essencialmente militar, devem ser seguidos seus regulamentos e ordens, sendo assim a atualização desses documentos deve ser contínua de acordo com as mudanças sociais, tecnológicas e pedagógicas, para que possamos ser parte integrante das inovações, com docentes capacitados e preparados, com um conteúdo de qualidade dirigido em sala de aula. Esses fatos demonstram que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) pode e deve ser utilizado como instrumento facilitador na melhoria do ensino oferecido, o que exige uma outra compreensão do processo de ensino-aprendizagem.

Em face à complexidade que exige a formação do Profissional de Segurança Pública, entende-se que diante do momento de mudanças e conquistas que a sociedade e o homem moderno vêm vivenciando, torna-se necessário que as unidades militares abracem as novas tecnologias e se adaptem, para que o ensino acadêmico militar acompanhe a velocidade destas inovações, dinamizando a distribuição de informações de forma mais eficiente e rápida.

O AVA pode contribuir de várias maneiras, como possibilitando o acesso ao material didático virtual para diminuir os gastos, pode-se neste ambiente criar salas de conversação para se tirar dúvidas sobre uma aula, ou para que os alunos possam deixar publicados trabalhos a serem corrigidos pelo docente de uma disciplina em questão. Como a cada semestre esses alunos pagam em torno de 18 disciplinas, têm-se também despesas com a confecção do material impresso, onerando mais ainda os custos.

Sendo assim, as mudanças transcorridas na sociedade brasileira, e suas implicações para a construção de uma “nova Segurança Pública”, este trabalho tem por objetivo principal demonstrar a importância da criação de um ambiente virtual de aprendizagem para o processo de formação dos alunos oficiais da Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade, determinando-se, especificamente o ensino dessa unidade em questão.

Desse modo, levantaram-se as seguintes questões: Qual a importância de um ambiente virtual para a formação dos alunos oficiais da Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade? Que contribuições podem ser identificadas?

Diante de tais questionamentos e do objetivo apresentado, visamos ainda contribuir para a reflexão sobre a efetivação de práticas mais inovadoras mediadas pelo computador. Para tanto, buscou-se, descrever a organização do currículo do CFO e identificar possibilidades de uso do AVA em sua estrutura; verificar se a estrutura da APM/RN comporta a implantação do AVA; e expor as vantagens e desvantagens para a instituição.

A realização deste estudo justifica-se pela percepção de que diante da complexidade da vida atual, a aceleração técnico-científica, as transformações sociais e econômicas foram ampliando e modificando o papel do profissional da segurança e a posição do indivíduo dentro dela e da sociedade. Assim, compreende-se a urgência em se adaptar as mudanças e fazer uso dos conhecimentos e recursos disponíveis para o desenvolvimento do trabalho.

Entende-se que, dentro da perspectiva formativa em segurança pública, a adoção de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) torna-se elemento relevante, pois possui características muito mais abrangentes na sua dimensão pedagógica, ressaltando-se sua importância nas escolas formadoras dos profissionais de segurança, no caso deste estudo a Academia Cel. Milton Freire de Andrade.

Além disso, para que sejam implantadas transformações na Segurança Pública e o melhoramento da qualidade de vida dos cidadãos, o Estado precisa priorizar a formação de seus profissionais como um todo, valorizando o profissional. E a criação de um AVA poderá contribuir na APM/RN como elemento facilitador do ensino, estabelecendo a interação contínua entre alunos e professores.

Assim este trabalho está organizado da seguinte maneira, em primeiro lugar descrevemos a **Educação à Distância**, seu surgimento e suas fases dentro das necessidades sociais e novas tecnologias, mostrando sua evolução na história da Educação.

Também discutimos a **Formação profissional à distância**, como modalidade de educação que está se tornando uma realidade nas empresas: A Educação Corporativa, que compreende todas as atividades realizadas para

identificar, modelar, difundir e aperfeiçoar as competências essenciais para o sucesso de uma organização.

Na sequência do nosso estudo, fazemos referência a **Legislação na Educação à Distância**, suas bases legais brasileiras para a modalidade da educação à distância, estabelecidas pela Lei nº. 9.394/199 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo regulamentada através de vários decretos e portarias, demonstrando, então, que, como qualquer outra modalidade de ensino, a educação à distância é regulamentada por uma legislação e segue normas como garantia de amparo legal, para orientar procedimentos e dirimir dúvidas.

Sua segunda parte trata dos **Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs)**, seu uso correto, as ferramentas virtuais efetivamente adotadas para orientar o aluno, e que pode influenciar significativamente no sucesso ou insucesso do processo de comunicação, na interação e na aprendizagem dos conteúdos oferecidos, tornando-se relevante destacar suas potencialidades e suas características de comunicação e interação.

Também discutimos sobre **Educação, ambientes virtuais e interatividade**, nas quais citamos as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que surgiu para atender as demandas emergentes e mutáveis das pessoas que buscam um novo aprendizado e que tem necessidade de se atualizar.

Logo após, citamos a metodologia utilizada nesta pesquisa, os resultados encontrados e considerações finais.

2 A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Ao se apresentar a evolução da Educação à Distância como modalidade de ensino, percebe-se que os recursos tecnológicos utilizados ao longo do tempo para desenvolver os trabalhos pedagógicos propostos, evoluíram conforme as mudanças socioculturais de cada época. A princípio, o texto escrito, postado por correspondência, em seguida o uso do rádio e televisão e recentemente a Internet, que modificou radicalmente as relações que se estabelecem entre os que compõem o sistema educativo, tornando seu público mais ágil, autônomo, criativo e atualizado. Segundo Landim (1997), pode-se caracterizar EAD como sendo um modelo democrático, por ampliar o acesso à educação para todos.

Outra característica diz respeito à sociabilidade, que torna professores/tutores e alunos cúmplices de um mesmo sistema de ensino e aprendizagem, possibilitando neste percurso o diálogo entre os componentes, conforme o modelo, mesmo estando distantes geograficamente.

O surgimento da educação à distância (EAD) ocorre em decorrência da necessidade social de proporcionar educação aos segmentos da população não abrangidos pelo sistema tradicional de ensino. Segundo Aretio (2001) a história do EAD se apresenta em três etapas: o ensino por correspondência, o ensino multimídia e teleconferência e aulas virtuais baseadas na internet.

O ensino por correspondência teve início em 1728 e prevaleceu até a década de 1960. A tecnologia utilizada nesse ensino era o uso de material impresso enviado pelos correios, mas, posteriormente, foram integradas outras tecnologias, como o uso do rádio. Neste ensino o papel do professor era o de transmissor de informações em linguagem escrita sem considerar o perfil do aluno e o papel do mesmo, que era o de memorizar através da repetição as informações repassadas. (LANDIM, 1997).

Ainda segundo Landim (1997), a comunicação entre professor e aluno era limitada, o diálogo era pouco, devido aos contatos serem feitos pelos correios. Foi nessa 1ª fase da educação à distância, que surge no Brasil o Instituto Monitor, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941, ambos utilizando o processo de

memorização por repetição e, ainda, materiais impressos, oferecendo aos alunos de todo o país cursos de eletrônica básica de rádios, denominado Radiotécnica.

A 2ª fase do EAD tem início em 1921 nos Estados Unidos através da criação da primeira emissora educativa na *University of Salt Lake City*. Essa fase chega pouco tempo depois no Brasil com a fundação, em 1923, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que transmitia programas de literatura, radiotelegrafia e telefonia, línguas, literatura infantil e outros de interesse comunitário e se estende até a década de 1990, com o programa do governo federal “TV Escola”.

Logo que surgiu, em 1995, ainda em caráter experimental, a TV Escola foi alvo de elogios e de críticas. Os porta-vozes do Ministério da Educação se esforçaram, desde o primeiro momento, em deixar bem claro que a TV Escola tinha - e ainda hoje tem - como objetivo principal ser um recurso a mais para o professor, para tornar as aulas mais interessantes para seus alunos e, também, para ser uma fonte de atualização permanente para o profissional de educação.

Vivencia-se, atualmente, a 3ª fase do EAD, ou seja, a dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), através de um conjunto de redes de computadores interligados, permitindo transferência de dados em escala mundial (Internet), facilitando a comunicação entre as partes envolvidas nesse processo de aprendizagem. As Instituições de Ensino Superiores (IES), tem procurado investir nesse meio de comunicação, oferecendo em seus cursos de graduações e especializações na modalidade EAD, utilizando-a de forma sistematizada, substituindo em muitos casos o ensino presencial, permitindo-se que a telemática seja utilizada no sentido de privilegiar a reflexividade e a auto-organização dos sujeitos envolvidos, apontando caminhos à construção das inteligências individuais, que se tornam complexas na construção da inteligência coletiva.

De acordo com Moran (2006), pode-se definir a educação *online* como sendo o conjunto de ações de ensino-aprendizagem que se desenvolvem através de meios telemáticos, como a Internet, a videoconferência e a teleconferência, ocorrendo cada vez mais em situações bem amplas e diferentes, da educação até a pós-graduação, dos cursos regulares aos cursos corporativos.

Conforme Aretio (2001 *apud* RICARDO, 2005), o conceito de educação à distância pode ser definido como sendo uma modalidade de ensino que possibilita a

transmissão de informações cognitivas e mensagens formativas através de meios que não requerem uma relação de caráter presencial em local fechado.

Autores como Nova; Alves (2003 *apud* RICARDO, 2005), conceituam EAD como uma modalidade de ensino-aprendizagem que, através de recursos e suportes tecnológicos digitais e de rede, promove o ensino sem necessariamente a presença física do professor.

Dentro desse contexto, Ricardo (2005, p. 29), expressa que:

As universidades corporativas, a cada dia, se tornam ambientes de descoberta e aplicação de soluções tecnológicas e de experiências importantes do campo da aprendizagem. Nas empresas que aprendem, o trabalhador da Era do Conhecimento precisa ser um usuário capaz de manusear a tecnologia como parte de seu cotidiano. Nesse sentido, a educação a distância, por estar associada às tecnologias de informação e comunicação (TIC), é uma forma eficaz de ambientação tecnológica, gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional.

De acordo com Silva (2006), a questão do diálogo na comunicação no processo de ensino e aprendizagem é um fator relevante, tanto na educação presencial quanto à distância, e através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) atingiu-se um salto qualitativo nessa direção, viabilizando maior sintonia do contato entre aluno e professor e vice-versa, promovendo maior rapidez e viabilidade no processo.

Sob uma ótica mais abrangente, conforme Silva (2006), pode-se citar quatro formas de organização propiciadora de uma abordagem dialógica, são elas: aconselhamento acadêmico, centro de estudos, grupos de trabalho, seminários e períodos práticos e *residencial schools*.

O aconselhamento acadêmico trata-se do diálogo continuado por meio de um orientador, que acontecem em locais combinados, mas também via telefone e por escrito. Em linhas gerais, os alunos têm a sensação de ter a todo o momento um professor a sua disposição, pois o diálogo promove continuidade, estabilidade, intensidade e realidade no que se refere ao EAD.

No centro de estudos os alunos são atendidos por tutores que ficam a disposição, individualmente ou em grupo. Em suma, os tutores participam de aulas

regulares, miniconferências, seminários ou são moderadores em debates, existindo, também, as tutorias telefônicas, por e-mails ou em encontros ocasionais.

Nos grupos de trabalho é recomendado aos alunos que formem grupos permanentes com estudantes da mesma região residencial para troca de experiências e discussão conjunta, pois esses diálogos informais contribuem para autoconfirmação e autoconhecimento alcançando uma qualidade que muitas vezes falta na tutoria e nos seminários.

Nos seminários e períodos práticos acontece a aprendizagem de forma mais intensiva durante um ou vários dias, nos quais os professores têm a oportunidade de receber impressões dos alunos, individualmente, além da aproximação e das atividades presenciais.

Na abordagem dialógica *residencial schools* o aluno tem a oportunidade de fazer o curso a distância e participar de encontros ou seminários intensivos obrigatórios, em que os diálogos estão voltados para o contexto dos trabalhos e para uma intensiva troca de impressões, de ideias, solução conjunta de problemas, abordagem de coisas aprendidas sobre outros pontos de vista etc.

Essa forma de ensino tem sido adotada pelas empresas com a intenção aperfeiçoar os processos de capacitação dos funcionários, tornando esses processos mais ágeis e rápidos (GUERREIRO; MALAVAZI, 2008).

Conforme o Decreto nº 2494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases):

Educação à distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação (Diário Oficial da União – DOU).

De acordo com Guerreiro; Malavazi (2008), na realidade, o volume de conhecimento experimentado nas últimas décadas é tão significativo que nem o professor, nem o aluno são capazes de adquiri-lo ou gerenciá-lo nos moldes tradicionais.

Muitas organizações já descobriram as vantagens do treinamento à distância para a capacitação e atualização dos funcionários, ressaltando que esta modalidade de ensino é capaz de atingir um enorme contingente de colaboradores em localidades diferentes, de ser flexível, de melhorar a qualidade de aprendizagem e de diminuir os custos.

A educação à distância pressupõe a combinação de tecnologias convencionais e modernas que possibilitam o estudo individual ou em grupo, nos locais de trabalho ou fora deles, por meio de métodos de orientação e acompanhamento (tutoria) à distância, contando com atividades presenciais, como reuniões em grupo para estudo e avaliação.

Em linhas gerais, os benefícios obtidos dependerão muito das tecnologias e técnicas de ensino utilizadas, a serem definidas em função dos objetivos propostos e das necessidades dos alunos, que estão cada vez com menos tempo disponível e mais distante geograficamente.

O maior obstáculo para implementação desse tipo de ensino é a cultura organizacional, e por diversas razões: medo da mudança, a necessidade de atuação proativa (ao invés de passiva) e a baixa alfabetização digital dos funcionários das empresas. Este último pode estar relacionado ao fato de que grande número de pessoas não tem computador em casa, além de estarem habituadas à utilização de material impresso para estudo (GUERREIRO; MALVAZI, 2008).

Além disso, não adianta apenas que os alunos se lembrem das informações, mas que desenvolvam a habilidade e o desejo de utilizá-las, sabendo relacioná-las, sintetizá-las, analisa-las e avaliá-las. Este conjunto de elementos é o que se pode chamar de pensamento crítico que aparece na sala de aula quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando tentam unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo e quando desafiam ideias e conclusões. Neste sentido, o aluno passa a ser colocado na posição de construtor de seu próprio conhecimento e de sua profissionalização como veremos a seguir.

2.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL À DISTÂNCIA

Torna-se cada vez mais uma realidade se referir à educação na empresa como o conjunto de experiências de aprendizagem que preparam as pessoas para os desafios futuros que envolvem seus cargos. De acordo com Guerreiro; Malavazi (2008), a missão da universidade corporativa é formar e desenvolver talentos voltados para o negócio e seu principal objetivo é desenvolver competências empresariais e humanas.

Além disso, uma nova modalidade de educação vem se tornando realidade nas empresas: a Educação Corporativa, que compreende todas as atividades realizadas para identificar, modelar, difundir e aperfeiçoar as competências essenciais para o sucesso de uma organização. Com uma abrangência ampla, busca gerir as atividades de capacitação em sintonia com as estratégias do negócio, atuando com todos os integrantes da organização.

Numa época em que as mudanças ocorrem rapidamente, as empresas precisam gerar conhecimento cada vez mais rápido. Diante dessa realidade, não é mais possível, nem produtivo, que poucas pessoas sejam encarregadas de passar uma nova estratégia para todos os colaboradores de uma corporação. Vive-se na economia do conhecimento e, para tanto, torna-se relevante gerar novos conhecimentos e fazer novas conexões com os conhecimentos já existentes (GUERREIRO; MALAVAZI, 2008).

De acordo com Schlemmer (2005 *apud* BARBOSA, 2005), diferentes tipos de organizações têm utilizado a educação à distância como forma de ampliar os espaços educacionais, e vem oferecendo aos alunos a oportunidade de ter acesso à informação a qualquer momento, independentemente dos limites impostos pelo espaço geográfico.

A educação à distância não é algo novo, uma vez que a muito tempo vem sendo realizado através da utilização de meios de comunicação como o correio, o rádio e a TV. Porém, com o advento tecnológico gerado pela utilização maciça dos microcomputadores e posteriormente pela internet, começam a surgir algumas alternativas, que vieram a facilitar no processo ensino-aprendizagem a distância (SCHLEMMER, 2005 *apud* BARBOSA, 2005).

O sistema de educação à distância on-line no Brasil utilizando-se os recursos da informática, já era uma tendência prevista por Moran em 2005, quando, na época, expressava que:

A educação será mais complexa porque cada vez sai mais do espaço físico da sala de aula para ocupar muitos espaços presenciais, virtuais e profissionais; porque sai da figura do professor como centro da informação para incorporar novos papéis, como de mediador, de facilitador, de gestor, de mobilizador. Sai do aluno individual para incorporar o conceito de aprendizagem colaborativa, de que aprendemos também juntos, de que participamos e contribuimos para uma inteligência cada vez mais coletiva (MORAN, 2005, p. 03).

Nesse contexto, Santos; Silva (2005) descrevem que as novas tecnologias da comunicação e da informação condicionam mudanças paradigmáticas em diversas áreas, sejam econômicas, sociais, culturais e, principalmente, nas formas e meios de produção e socialização de conhecimentos.

De acordo com Moran (2005), as modalidades dos cursos de formação profissional são extremamente diversificadas, maleáveis e “customizadas”, ou seja, cada vez mais serão adaptadas ao perfil e ao momento de cada aluno. A perspectiva é de que se chegará o dia em que não se falará em cursos presenciais e cursos a distância. A formação profissional será flexível no tempo, no espaço, na metodologia, na gestão de tecnologias e na avaliação. Ou seja, caminha-se para formas fáceis de ver, ouvir, falar, escrever a qualquer momento, de qualquer lugar, a custos baixos, embora ainda sejam altos para a maior parte da sociedade.

Nesse contexto, Maia (2006) ressalta que as instituições de ensino superior e de formação profissional precisam se atualizar e se reformular não só para atender às exigências de um mercado cada vez mais informado, mas como garantia para a própria sobrevivência da instituição e, neste sentido, partir para um processo chamado de desterritorialização, utilizando-se da educação à distância.

Sendo assim, o conceito de espaço de aprendizagem vai além dos limites das instituições formais de formação acadêmica e profissional, e com a emergência de cada vez mais se adquirir uma formação profissional, novos espaços presenciais,

digitais e virtuais vêm se estabelecendo a partir do acesso e do uso criativo das novas tecnologias da comunicação e da informação.

Percebe-se, assim, que através do avanço tecnológico, em que as informações chegam e são transmitidas de maneira mais rápida e integrada, o conceito de presença e distância se altera, bem como as formas de ensinar e aprender, facilitando no processo da formação profissional. Refletindo-se sobre isso, destacamos a base legal da EAD e sua estruturação.

2.2 A LEGISLAÇÃO NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

As bases legais brasileiras para a modalidade da educação à distância foram estabelecidas pela Lei nº. 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sendo regulamentada através de vários decretos e portarias:

- Portaria Ministerial nº 1.050, de 22 de agosto de 2008, estabelece o processo de credenciamento institucional para a modalidade da educação à distância.

- Portaria Ministerial nº 195, de 08 de novembro de 2007, estabelece diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso IV, do Decreto nº 5.773/2006.

- Portaria Ministerial nº 197 de 08 de novembro de 2007, dispõe sobre os instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso V, do Decreto nº 5.773/2006.

- Portaria Ministerial nº 1, de 10 de janeiro de 2007, dispõe sobre as avaliações de cursos superiores normais e na modalidade à distância.

- Portaria Ministerial nº 2 (revogada), de 10 de janeiro de 2007, dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade à distância.

– Portaria Ministerial nº 4.361 , de 29 de dezembro de 2004, revogou a Portaria Ministerial nº 301, de 07 de abril de 1998, que estabelece os processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior (IES), credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior para oferta de cursos superiores à distância.

De acordo com Lobo Neto (*apud* SILVA, 2006, p. 399), a Lei nº 9.394/1996, em seu Art. 80, Título VIII: Das Disposições Gerais, traz algumas determinações sobre o ensino/educação à distância, mas as remetia a futuras regulamentações. Em síntese, as determinações são as seguintes:

- a. o Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância.
- b. o ensino a distância desenvolve-se em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.
- c. a educação a distância organiza-se com abertura e regime especiais.
- d. a educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.
- e. caberá à União regulamentar requisitos para realização de exames para registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.
- f. caberá aos sistemas de ensino normatizar a produção, controle e avaliação de programas e autorizar sua implementação.
- g. poderá haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.
- h. a educação a distância terá tratamento diferenciado, que incluirá: custos reduzidos na transmissão por rádio e televisão, concessão de canais exclusivamente educativos, tempo mínimo gratuito para o Poder Público, em canais comerciais.

Conforme Lobo Neto (*apud* SILVA, 2006), o tema educação à distância se faz presente com crescente intensidade em uma diversidade de artigos em um número cada vez maior de revistas especializadas nas diversas áreas de reflexão e ação pedagógicas, que antes somente era registrado em publicações de entidades que a praticavam ou que congregavam os que nela tivessem interesse. O assunto vem sendo tratado com frequência em diversos locais em que se encontram educadores e instituições, com menos, mais ou nenhum conhecimento, mas todos caminhando em busca da atuação em projetos focados na educação à distância.

Como referencial de qualidade e seu caráter normativo, de acordo com Silva (2006), são sugeridos pelo Ministério da Educação (MEC), em sua página virtual, dez referenciais básicos para a avaliação dos cursos de educação à distância, que tem o propósito de orientar instituições e comissões de especialistas na análise de projetos de cursos de graduação à distância. São eles:

a) integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico; b) desenho do projeto: a identidade da educação a distância; c) equipe profissional multidisciplinar; d) comunicação/interatividade entre professor e aluno; e) qualidade dos recursos educacionais; f) infraestrutura de apoio; g) avaliação de qualidade contínua e abrangente; h) convênios e parcerias; i) edital e informações sobre o curso de graduação a distância; e j) custos de implementação e manutenção da graduação a distância (SILVA, 2006, p. 189).

A Lei nº 9.610, de 19 de dezembro de 1998, trata-se de outro importante instrumento que regula a educação à distância, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais (SILVA, 2006).

Percebe-se, então, que, como qualquer outra modalidade ensino, a educação à distância é regulamentada por uma legislação e segue normas como garantia de amparo legal para orientar procedimentos e dirimir dúvidas.

3 AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM (AVAs)

O uso correto das ferramentas virtuais efetivamente adotadas para orientar o aluno pode influenciar significativamente no sucesso ou insucesso do processo de comunicação, na interação e na aprendizagem dos conteúdos oferecidos. Neste contexto, torna-se relevante destacar o caráter de potencialidade quando se refere aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) e suas características de comunicação e interação.

Na concepção de Santos (2003), pode-se afirmar que um ambiente virtual trata-se de um espaço fecundo de significação onde seres humanos e objetos

técnicos interagem potencializando assim, a construção de conhecimentos, logo a aprendizagem. Então, todo ambiente virtual é um ambiente de aprendizagem? Entendendo-se a aprendizagem como um processo sócio técnico onde os sujeitos interagem na e pela cultura, sendo esta um campo de luta, poder, diferença e significação, espaço para construção de saberes e conhecimento, então se pode considerar que sim.

De acordo com Almeida (2009 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010), vem acontecendo uma proliferação dos AVAs no Brasil. No entanto, com a Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001, que permite às instituições de ensino a inclusão de atividades não presenciais até o limite de 20% da carga horária do curso, percebe-se que nos espaços destinados ao ambiente colaborativo, permanece a reprodução do *status quo* da aprendizagem presencial.

Muitos autores confundem os significados atribuídos aos termos: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Ambiente Colaborativo e Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem (SGA). Sendo assim, Hagueanauer; Lima; Cordeiro Filho (2010), esclarecem que, enquanto as características dos AVAs estão associadas ao conteúdo, como linguagem, interatividade, navegação, arquitetura da informação e design gráfico influem mais na percepção do usuário, nos SGA, por sua vez, a atenção está mais voltada para a seleção e configuração das ferramentas a serem utilizadas em um determinado curso ou disciplina. Uma vez concretizadas as configurações, selecionadas as estratégias de comunicação e de aprendizagem, informadas e declaradas essas estratégias aos participantes, preenchidas as ferramentas com conteúdos pré-definidos e ativado o “curso”, pode-se afirmar que o conjunto forma um AVA.

Para Almeida (2003 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010), o ensino com a utilização de AVAs significa: planejar e propor atividades que propiciem a interaprendizagem e a aprendizagem significativa do aluno; disponibilizar materiais de apoio com o uso de múltiplas mídias e linguagens; ter um professor que atue como mediador e orientador do aluno; incentivar a busca de fontes de informações e a realização de experimentações; provocar a reflexão sobre processos e produtos e favorecer a formalização de conceitos.

Dentro desse contexto, Santos (2003) complementa que não é suficiente somente criar um site e disponibilizá-lo no ciberespaço. Torna-se necessário,

também, que seja interativo. É através da interatividade do conteúdo com seus autores que se constrói um site ou software, constituindo em um AVA.

Para que ocorra o processo de troca e partilha de sentidos e o ambiente possa ser efetivo podem-se criar interfaces síncronas a exemplo dos chats ou salas de bate papos e assíncronas a exemplo dos fóruns e listas de discussão. Pode-se, também, ter a contribuição dos *blogs* que, além de permitir comunicação síncrona e assíncrona, agregam em seu formato hipertextual uma infinidade de linguagens e forma de expressão (SANTOS, 2003).

Moran (2007 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010) destaca três diferentes possibilidades de avaliação da aprendizagem dos alunos. A primeira seria elaborar atividades relacionadas ao conteúdo, através de comparação de textos, resenhas e produção de um ensaio-síntese. A segunda trata-se da solicitação de uma pesquisa individual e outra em pequenos grupos com temas de interesses dos alunos. E a terceira diz respeito à participação no ambiente virtual, através dos *chats*, fóruns e *blogs*. Sobre essa questão, Moran afirma:

Creio que há três campos importantes para as atividades online: o da pesquisa, o da comunicação e o da produção-divulgação. Pesquisa individual de temas, experiências, projetos, textos. Comunicação em debates online ou presenciais sobre os temas e experiências pesquisados. Produção, para divulgar os resultados no formato multimídia, hipertextual e publicá-los para os colegas e, eventualmente, para a comunidade externa ao curso (MORAN, 2007, p. 99 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010, p. 03).

Para Almeida (2003 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010), participar de um curso *on line* significa mergulhar em um mundo virtual cuja comunicação se dá essencialmente pela leitura e interpretação de materiais didáticos textuais e hipertextuais, pela leitura da escrita do pensamento do outro, pela expressão do próprio pensamento por meio da escrita. Significa, também, o convívio com a diversidade e a singularidade, a troca de experiências e ideias, a realização de simulações, testar hipóteses, resolver problemas e criar novas situações.

Pontes (2000 *apud* SILVA; SILVA, 2009) considera que a educação virtual, antes de tudo, trata-se de uma educação à distância, em que se observa a presença de variados formatos de ensino, desde os cursos que estão apoiados apenas em materiais impressos até aqueles que contam com recursos tecnológicos de ponta.

Um AVA se caracteriza por se basear na rede mundial de computadores (internet), oferecendo a possibilidade de acesso a uma quantidade literalmente infinita de informações, tornando a autonomia do aluno uma condição indispensável, caracterizando-se como sendo o desenvolvimento das capacidades de pesquisar, de organizar-se e de pensar de maneira crítica e independente (SILVA; SILVA, 2009).

Sendo assim, observa-se a importância de se desenvolver atividades educacionais através da utilização de um AVA, ressaltando-se o seu caráter de potencialidade e suas características de comunicação e interação.

3.1 EDUCAÇÃO, AMBIENTES VIRTUAIS E INTERATIVIDADE

Pode-se dizer que os desafios da educação à distância são equivalentes com os desafios do sistema educacional em sua complexidade, uma vez que a EAD implica estabelecer inter-relações entre as abordagens que fundamentam tanto a educação presencial como a virtual e, sobretudo, implica reconhecer que mudar o meio pelo qual se desenvolve a educação significa mudar a própria educação.

Com o surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), voltou à tona a modalidade de educação à distância, para atender as demandas emergentes e mutáveis das pessoas que buscam um novo aprendizado e que tem necessidade de atualização. E dentro dessa modalidade de ensino, além de um bom AVA, também se requer um processo de comunicação e interatividade.

Para Silva (2001 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010), interatividade trata-se de um conceito de comunicação, e não de informática, podendo ser empregado como significado da comunicação entre interlocutores humanos, entre humanos e máquinas e entre usuário e serviço. Este termo surgiu na década de 1970, virando moda a partir de meados de 1980, com o surgimento do

computador com as janelas do Windows, permitindo ao usuário “adentramento labiríntico e manipulação dos conteúdos”, tendo sofrido desgaste quando utilizado como “argumento de venda” ou “ideologia publicitária”.

Na opinião de Silva (2006, p. 205), interatividade é definida como “a capacidade de um sistema de comunicação ou equipamento de possibilitar interação”. Sendo assim, pode-se considerar que a interatividade se apresenta como um potencial de propiciar a interação, mas não como um ato em si mesmo.

Muitas instituições escolares que se autodenominam interativas na verdade continuam a reproduzir o antigo modelo de transmissão. A este respeito Silva (2001 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010) afirma:

É preciso enfatizar que o essencial não é a tecnologia, mas um novo estilo de pedagogia sustentado por uma modalidade comunicacional que supõe interatividade, isto é, participação, cooperação, bidirecionalidade e multiplicidade de conexões entre informações e atores envolvidos. Mais do que nunca, o professor está desafiado a modificar sua comunicação em sala de aula e na educação (SILVA, 2001, p. 9 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010, p. 6).

Para Belloni (1999 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010), interatividade trata-se de uma característica técnica que significa a possibilidade de o usuário interagir com uma máquina. Em linhas gerais, o termo é usado como a potencialidade técnica oferecida por determinado meio, como hipertextos, CD ROMs ou jogos informatizados.

De acordo com Silva (2006, p. 206):

A interatividade possibilita emitir informações de um único ponto e recebe-las em múltiplos lugares por inúmeras pessoas. A educação a distância com base nesses meios ocorre em uma única direção, do emissor – responsável pelo envio de um produto fechado –, aos receptores, que recebem as informações passivamente. A interação caracteriza-se pela ação de ouvir, ver, ler as informações veiculadas.

Kenski (2007 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010) afirma que o grande diferencial dos AVAs são suas características de interatividade, hipertextualidade e conectividade. Mas refere-se ao termo “interação” para explicar a relação síncrona e assíncrona entre os usuários. Percebe-se que, para ela, os termos têm o mesmo significado.

Moore (2007 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010) sugere três modos de interação na EAD: a interação **aluno-conteúdo**, que é o primeiro tipo de interação que o professor utiliza, pois é como a matéria é apresentada para estudo. Esse tipo de interação pode se desenvolver em diversas formas: som, texto, imagens, vídeo e realidade virtual. Com o uso desses recursos, é possível avaliar a interação dos alunos com o conteúdo em função da mídia e da tecnologia.

Nesse tipo de interação **aluno-professor**, Moore (2007 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010) destaca que é preciso motivar e estimular o interesse dos alunos em relação ao aprendizado da matéria através da aplicação prática desse conhecimento. A “mudança de perspectiva” são as alterações de compreensão resultantes dessa interação, cabendo ao professor conduzir esse processo para que o aluno transforme esse conteúdo em conhecimento pessoal.

O segundo tipo, de acordo com Moore (2007 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010) trata-se da interação **aluno-aluno**, que não existia na primeira geração de EAD. É caracterizada pelo aprendizado colaborativo e cooperativo, que envolve o aspecto social da educação e a capacidade para trabalhar em equipe. Além disso, segundo Anderson (2003 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010), promove a criação contínua de novas categorias, abertura a novas informações e uma consciência implícita de múltiplas perspectivas, gerando motivação e atenção por parte dos alunos, enquanto aguardam o *feedback* dos colegas.

O terceiro tipo, conforme Moore (2007 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010), diz respeito à interação **conteúdo-conteúdo**, que indica a existência de programas semiautônomos, proativos e adaptativos, utilizando recursos de inteligência artificial.

Anderson (2003 *apud* HAGUEANAUER; LIMA; CORDEIRO FILHO, 2010)) sugere que não vale a pena fazer distinção entre os termos interação e interatividade, pois deve-se considerar o papel do ser humano e da máquina no contexto educacional, levando em conta o papel de cada elemento: aluno, professor e conteúdo, visto que a máquina é um instrumento mediador da interação. Ao propor que não haja distinção entre interação e interatividade, argumenta que, embora alguns autores a usem, tal divisão não é amplamente difundida na literatura em EAD.

De acordo com Silva (2006), a comunicação através da TIC caracteriza-se como sendo uma nova modalidade comunicacional que permite romper com a linearidade e a unidirecionalidade entre emissor e receptor e potencializa a comunicação multidirecional pela criação de redes formadas na diversidade de informações, recursos e intervenções, favorecendo o desenvolvimento e rápida emissão e distribuição de conteúdos, interação com informações e recursos originados de distintas fontes e mídias.

4 METODOLOGIA

A Educação à Distância (EAD) ganhou espaços nos últimos anos como alternativa para atender as demandas de formação e qualificação profissional. Nela existem vários recursos utilizados como meio de formação: material impresso, rádio, TV, computador e outros. O enfoque deste trabalho é mediação pelo computador no CFO da PMRN.

A defesa da implantação do AVA, voltado para a facilitação do Ensino Aprendizagem no Curso de Formação de Oficiais, se deu mediante os sete anos que esta pesquisadora trabalhou na Seção Técnica de Ensino da Academia de Polícia Militar e vivenciou todas as dificuldades, tanto para o dinamismo, como também a falta de materiais e verba para a confecção de apostilas.

A tecnologia da informática permite a criação de ambientes virtuais onde alunos e professores interagem, além de terem condições de armazenarem, distribuírem e acessarem às informações independente do local.

Considerando as questões apresentadas: Qual a importância de um ambiente virtual para a formação dos alunos oficiais da Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade? Que contribuições podem ser identificadas? Traçamos como objetivo, refletir sobre a possibilidade de criação e implantação de um AVA junto ao CFO da APM, buscando contribuir para efetivação de práticas mais inovadoras mediadas pelo computador. Para tanto, buscou-se, descrever a organização do currículo do CFO e identificar possibilidades de uso do AVA em sua estrutura; verificar se a estrutura da APM/RN comporta a implantação do AVA; e expor as vantagens e desvantagens para a instituição.

Essa pesquisa congrega em si alguns elementos relevantes para construção de seu percurso investigativo. Inicialmente, tem uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. A pesquisa qualitativa segundo Godoy (1995) considera o próprio ambiente como fonte direta dos dados sendo o pesquisador instrumento dela; é de caráter descritivo cujo foco é o processo e não o resultado ou o produto; a análise dos dados é realizada de forma indutiva pelo pesquisador.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Particularmente, o estudo de caso segundo Ludke e Andre (1986, p. 16 *apud* OLIVEIRA, p. 05) vai- se estudar uma situação particular, singular:

O estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular. As autoras ainda nos elucidam que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo.

Segundo as referidas autoras ainda, o estudo de caso pode contemplar uma variedade de fontes de informação. Tal estudo de caso apresenta

características fundamentais que são destacadas pelas mencionadas autoras. Estas características são as seguintes:

1. Os estudos de caso visam à descoberta.
2. Os estudos de caso enfatizam a 'interpretação em contexto'.
3. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.
4. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação.
5. Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas.
6. Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.
7. Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18-20).

Assim, se fez a partir do estudo de caso na Academia de Polícia Militar, para que se pudessem contemplar tais características e também os objetivos do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com alguns autores considerados relevantes a discussão.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O objetivo é debruçar-se sobre textos científicos e Legislação, que pudessem desvendar a temática e também a análise de um estudo realizado em 2011 pela autora, que aborda sobre a importância do AVA para a formação dos alunos da APM, realizando também novo processo de observação do espaço, das condições da referida instituição e análise documental.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor embasar os resultados foi realizada uma análise de um estudo realizado pela pesquisadora no de 2011, cujo objetivo foi mostrar a importância da criação de um Ambiente Virtual de Aprendizagem para a formação dos alunos oficiais da Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade, determinando-se, especificamente, caracterizar o perfil do aluno da academia de polícia militar em estudo; levantar, junto aos alunos, informações sobre a sua opinião referente à formação profissional e o educação à distância; e identificar a funcionalidade da educação envolvendo os ambientes virtuais e a interatividade.

Nesse estudo foi constatado que a maioria dos alunos possuíam nível de escolaridade equivalente ao Ensino Superior; pertenciam ao gênero masculino; estão na faixa etária de 31 a 40 anos; eram casados e estavam na Corporação há pouco tempo, variando-se o tempo de serviço entre 01 a 05 anos.

Também foi verificado que, em sua maioria, os alunos tinham conhecimento sobre o significado de um AVA, revelando que através deste ambiente poderiam adquirir mais conhecimentos e acreditavam ser um avanço tecnológico. No entanto, na época do estudo ficou constatada que não existia, por parte da APM, a preocupação em disponibilizar este ambiente, bem como o incentivo aos alunos em participar de atividades que envolvessem o AVA, embora tenha sido observado que a maioria já havia participado de cursos que envolviam a educação à distância, inclusive, utilizando-se da Internet.

Na Academia Cel. Milton Freire de Andrade na época do estudo, não foi verificada nenhuma mudança desde o estudo anterior para os dias atuais, mesmo a maioria dos Alunos do CFO 2011 tendo reforçando a utilização do Computador pessoal (Laptop) e internet em sala de aula, bem como na apresentação de seminários e confecção de trabalhos, deixando claro que através da implantação de um Ambiente Virtual, poderão compartilhar informações, como também conteúdos importantes.

Quanto à estrutura atual curricular do CFO, observamos que sua organização consiste no Projeto Pedagógico 2008-2012 (PP-C.F.O), acrescentando para o Curso de Formação de Oficiais o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e

regularizou os estágios supervisionados dos Alunos nas unidades da PM na capital e no interior.

O Curso de Formação de Oficiais da APM tem como objetivo a formação de um oficial de polícia militar/cidadão preparado para as mais variadas e complexas situações exigidas no desempenho de suas funções, bem como proporcionar condições para dotá-lo de uma visão sistêmica e abrangente, acompanhando os conflitos sociais e intervindo quando necessária a presença do Estado". (Projeto Pedagógico 2008-2012 - PP-C.F.O - APMRN)

A organização de seus conteúdos se faz, dividindo-se em inter-relações, levando-se em conta a realidade da Segurança Pública, regional e nacional em quatro conteúdos:

I – Conteúdos de Formação Militar: relacionados com estudos de disciplinas eminentemente militares, em razão da estrutura militarizada da corporação e adoção de manuais específicos;

II – Conteúdos de Formação Policial: relacionados com as áreas específicas da atividade policial ostensiva, envolvendo teorias de policiamento preventivo, gerenciamento de crises, intervenções armadas e outras mais, além ainda do planejamento estratégico de emprego da tropa;

III – Conteúdos de Estudos Jurídicos e de administração: abrangendo conhecimentos jurídicos, de administração de materiais e de gerenciamento de recursos humanos; e

IV – Conteúdos de Formação Complementar, compreendendo os estudos de conhecimentos humanos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Com uma Matriz curricular variada e dividida em três anos de curso, incide em:

(F) – Disciplinas fundamentais

(P) – Disciplinas profissionais

1º ANO LETIVO

ORD.	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITO
01	Introdução à ciência do direito(F)	30	
02	Armamento I(P)	45	
03	Ordem unida I(P)	30	
04	Defesa pessoal I(P)	60	
05	Treinamento Físico Militar I(P)	60	
06	Teoria do Combate a incêndio e da defesa civil(F)	15	
07	Hermenêutica(F)	30	
08	Honras militares e sinais de respeito(P)	30	
09	Teoria geral do policiamento ostensivo(P)	30	
10	Direito constitucional I(F)	60	
11	Instrução geral(P)	30	
12	Sociologia geral aplicada(F)	60	
13	História da polícia brasileira(F)	15	
14	Correspondência militar(P)	45	
15	Sistema de Segurança pública no Brasil(F)	15	
16	Metodologia científica(F)	45	
17	Ética Social e Profissional(F)	45	
	RECESSO ESCOLAR		RECESSO ESCOLAR
18	Tiro policial I(P)	45	Armamento I
19	Treinamento Físico Militar II(P)	60	Treinamento Físico Militar I
20	Ordem unida II(P)	30	Ordem unida I
21	Defesa pessoal II(P)	60	Defesa pessoal I
22	Direito penal I(P)	60	Introdução à ciência do direito
23	Legislação institucional I(F)	45	Introdução à ciência do direito
24	Direitos humanos e cidadania(F)	45	
25	Direito constitucional II(F)	60	Direito constitucional I

26	Psicologia geral e social(F)	60	
27	Policiamento Ambiental(P)	30	Teoria Geral do Policiamento Ostensivo
28	Direito civil I- parte geral(F)	60	Introdução à ciência do direito
29	Teoria geral da administração(F)	45	
30	Policiamento montado(P)	30	Teoria Geral do Policiamento Ostensivo
31	Radio Comunicações(P)	30	
32	Estagio Supervisionado I	04 semanas	
33	Total	1.305	

2º ANO LETIVO

ORD.	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITO
01	Direito civil II(F)	60	Direito civil I
02	Teoria geral do processo(F)	30	Introdução à ciência do direito
03	Direito penal II(P)	60	Direito penal I
04	Direito administrativo I(F)	60	Introdução à ciência do direito
05	Legislação institucional II(F)	45	Legislação institucional I
06	Treinamento Físico Militar III(P)	60	Treinamento Físico Militar II
07	Ordem unida III(P)	30	Ordem unida II
08	Defesa pessoal III(P)	60	Defesa pessoal II
09	Armamento II(P)	45	Armamento I
10	Informática(F)	60	
11	Escoltas diversas(P)	45	Teoria geral do policiamento ostensivo
12	Socorros de urgência(F)	30	
13	Administração de material e patrimonial(F)	45	Teoria Geral da Administração
14	Didática(F)	30	

	RECESSO ESCOLAR		RECESSO ESCOLAR
15	Tiro policial II(P)	45	Armamento II
16	Treinamento Físico Militar IV(P)	60	Treinamento Físico Militar III
17	Ordem unida IV(P)	30	Ordem unida III
18	Defesa pessoal IV(P)	60	Defesa pessoal III
19	Direito penal III(P)	60	Direito Penal II
20	Direito penal militar(P)	30	Introdução à Ciência do Direito
21	Policiamento de Aquartelamentos e estabelecimentos prisionais(P)	30	Teoria Geral do Policiamento Ostensivo
22	Policiamento de eventos(P)	30	Teoria geral do policiamento ostensivo
23	Policiamento ostensivo de trânsito urbano e rodoviário(P)	60	Teoria geral do policiamento ostensivo
24	Atividades de inteligência(P)	45	
25	Técnicas de Abordagem(P)	60	Teoria Geral do Policiamento Ostensivo
26	Metodologia da pesquisa científica(F)	60	Metodologia Científica
27	Direito Administrativo II(F)	60	Direito Administrativo I
28	Policiamento Rádio Motorizado(P)	30	Teoria Geral do Policiamento Ostensivo
29	Estagio Supervisionado II	04 semanas	Estagio Supervisionado I
30	Total	1.320	

3º ANO LETIVO

ORD.	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITO
01	Direito eleitoral(F)	30	Introdução à Ciência do Direito
02	Direito penal IV(P)	60	Direito penal III
03	Gestão de pessoas(F)	60	Teoria Geral da Administração
04	Direito processual penal(F)	30	Teoria geral do processo

05	Direito da criança e do adolescente(F)	30	Introdução à Ciência do Direito
06	Processualística administrativa(P)	30	Direito Administrativo II
07	Tiro policial III(P)	60	Tiro policial II
08	Treinamento Físico Militar V(P)	60	Treinamento Físico Militar IV
09	Defesa pessoal V(P)	60	Defesa pessoal IV
10	Policiamento de Choque(P)	30	Teoria geral do policiamento ostensivo
11	Polícia Judiciária Militar (P)	45	Direito Penal Militar
12	Estatística Criminal(F)	30	
13	Administração de serviços(F)	45	Teoria Geral da Administração
14	Criminologia(F)	45	
15	Sistematização do trabalho de conclusão de curso(F)	45	Metodologia da pesquisa científica
16	Estágio Supervisionado III	40 semanas	Estágio supervisionado II
	RECESSO ESCOLAR		RECESSO ESCOLAR
17	Legislação Penal Especial(P)	45	Direito Penal IV
18	Geoprocessamento(F)	30	Informática
19	Comunicação social (F)	30	
20	Treinamento Físico Militar VI(P)	45	Treinamento Físico Militar V
21	Trabalho de comando (P)	45	
22	Teoria do policiamento comunitário(P)	45	Teoria geral do policiamento ostensivo
23	Gerenciamento de crises(P)	45	
24	Investigação Policial(F)	30	Polícia Judiciária Militar
25	Medicina legal(F)	45	
26	Liderança e gerenciamento de equipes(F)	60	Gestão de Pessoas
27	Organização e Processos(F)	30	Teoria Geral da Administração
28	Oratória(F)	30	
29	Criminalística(F)	45	

30	Tiro Policial IV(P)	45	Tiro Policial III
31	Total	1.230	

Assim, podemos acrescentar que o AVA poderia ser utilizado de forma significativa, nos Estágios dos alunos com implantação de Chats e solução de dúvidas durante o processo, também facilitaria na troca de informações e pesquisa dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), criando um canal aberto entre, orientador e orientando. Podendo haver igual interatividade entre Aluno Professor nas diversas disciplinas, como por exemplo, as disciplinas voltadas para o Direito e Legislações vigentes na Instituição Polícia Militar.

Ao observarmos a estrutura curricular, verificamos a existência de disciplinas Fundamentais e Profissionais, essa distinção se dá devido ao exercício das Funções de polícia, pois as disciplinas profissionais tratam das disciplinas práticas de Policiamento Ostensivo, como por exemplo, o tiro policial; já as disciplinas fundamentais dividem-se em áreas do Direto, Legislações, leis, Decretos e Portarias e Humanas, o que possibilitaria a utilização do AVA como ferramenta facilitadora para a construção do conhecimento.

Diante dos resultados apresentados no estudo realizado pela autora em 2011, e na releitura atual, pode-se constatar que a implantação de um AVA irá facilitar e agilizará as atividades de ensino realizadas na Academia de Polícia, além de minimizar alguns custos e oferecer aos alunos um ambiente mais ágil e seguro, proporcionando maior crescimento profissional.

O que nos impulsionou foi reforçar a importância deste ambiente para que nossos gestores tenham o conhecimento desta ferramenta de aprendizagem e capacitação profissional e busquem nosso espaço no Ensino Policial Militar, nos incluindo definitivamente na era das novas tecnologias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da APM atualmente não está muito diferente de 2011.

A Academia não possui repasse financeiro, nem um quadro de professores efetivos para o Curso de Formação de Oficiais, que possam sustentar um curso financeiramente dispendioso ao Estado. Sendo assim, através da implantação do AVA, o acesso dos alunos à informação será facilitado, pois, além de obtê-la com mais agilidade, na prestação de serviços seria superada obrigatoriedade do material impresso, que equivale a maior parte dos custos nos cursos oferecidos.

Nesse ambiente virtual os professores terão a oportunidade de solicitar os trabalhos e pesquisas baseados em notícias publicadas em jornais e revistas, postando as informações no AVA para que os alunos apresentem nas aulas e demonstrem o seu ponto de vista com estudo de casos.

Em meio a todo esse processo o mais importante são os alunos, que receberiam uma formação voltada para o futuro, com todo o benefício que a tecnologia pode proporcionar.

De posse dos resultados obtidos no primeiro estudo e agora, no processo de observação e análise da atual situação da APM pode-se constatar que a implantação de um Ambiente Virtual de Aprendizagem seria de total importância, pois se tratando de Segurança Pública, a Polícia Militar do RN precisa se familiarizar com as novas tecnologias, para a capacitação, a formação e o aperfeiçoamento contínuo.

Esperamos, enfim ter contribuído de alguma forma para a reflexão da temática e da possibilidade de ver nossas intenções implementadas pela Polícia Militar e Governo do Estado, entendendo que seria um avanço em termos de formação militar.

REFERÊNCIAS

ARETIO, Lorenzo Garcia. Para uma definição de educação à distância. In: LOBO NETO, Francisco José da Silveira (Org.). **Educação à distância: referências & trajetórias**. Rio de Janeiro: ABT, 2001.

BARBOSA, Rommel Melgaço (Org.). **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BRASIL. Lei nº. 9.394/1996 Diretrizes e Bases da Educação Nacional

BRASIL. Portaria Ministerial nº 1.050, de 22 de agosto de 2008, estabelece o processo de credenciamento institucional para a modalidade da educação à distância.

BRASIL Portaria Ministerial nº 195, de 08 de novembro de 2007, estabelece diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso IV, do Decreto nº 5.773/2006.

BRASIL Portaria Ministerial nº 197 de 08 de novembro de 2007, dispõe sobre os instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso V, do Decreto nº 5.773/2006.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 1, de 10 de janeiro de 2007, dispõe sobre as avaliações de cursos superiores normais e na modalidade à distância.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 2 (revogada), de 10 de janeiro de 2007, dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade à distância.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 4.361 , de 29 de dezembro de 2004, revogou a Portaria Ministerial nº 301, de 07 de abril de 1998, que estabelece os processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior (IES), credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior para oferta de cursos superiores à distância.

DANTAS, Ana Paula da Silva. **A importância de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para a formação dos alunos oficiais da academia de polícia militar Cel. Milton Freire de Andrade**. Monografia (Especialização em Educação à Distância). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Natal, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GUERREIRO; Marisa de Abreu Dallari; MALVAZI, Eleutério. EAD – educação à distância: a nova concepção em capacitação e desenvolvimento. **Interação – Revista Científica da Faculdade das Américas**, ano II, n. 1, 1º semestre de 2008. Disponível em: <<http://www.fam2011.com.br/site/revista/pdf/ed2/art2.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2013.

HAGUENAUER, Cristina Jasbinschek; LIMA, Luciana Guimarães Rodrigues de; CORDEIRO FILHO, Francisco. **Comunicação e interação em ambientes virtuais de aprendizagem**. 05/2010. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/252010213152.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2013.

Histórico da TV Escola. Disponível em:>www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materiais/0208.html>.

LANDIM, Claudia Maria Ferreira. **Educação à distância**: algumas considerações. Rio de Janeiro, s/n, 1997.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Regulamentação da educação à distância: caminhos e descaminhos. In: SILVA, Marco. **Educação online**: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MAIA, Carmem. De faculdade isolada a universidade virtual: o caso do IUVB.br – Instituto Universidade Virtual Brasileira. In: SILVA, Marcos (Org.). **Educação online**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MORAN, José Manuel. Contribuições para uma pedagogia da educação online. In: SILVA, Marcos (Org.). **Educação online**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.]

MORAN, José Manuel. Tendências da educação on-line no Brasil. In: RICARDO, Eleonora Jorge (Org.). **Educação corporativa e educação à distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

RICARDO, Eleonora Jorge (Org.). **Educação corporativa e educação à distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SANTOS, Edméa Oliveira; SILVA, Marco. Formação corporativa on-line: multirreferencialidade e interatividade como processos a serem desenvolvidos. In: SANTOS, Edméa Oliveira. Ambientes virtuais de aprendizagem: por autorias livre, plurais e gratuitas. In: **Revista FAEBA**, v.12, no. 18.2003. Disponível em: <<http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/hipertexto/home/ava.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2013.

Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social Polícia Militar / Projeto Pedagógico **Curso de Formação de Oficiais 2008-2012 (PP-C.F.O)**

SILVA, Angela Carrancho da; SILVA, Cristina Marília Teixeira da. Avaliação de ambientes virtuais de aprendizagem. In: SILVA, Angela Carrancho da (Org.).

Aprendizagem em ambientes virtuais e educação a distância. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SILVA, Luciana Mourão Cerqueira (Relat.). Vários autores. **Educação à distância em organizações públicas:** mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2006.